

## **SUBCOMISSÃO PERMANENTE NACIONAL DO MÁRMORE E GRANITO**

### **Ata da 5ª Reunião Ordinária**

**Data:** 20/09/2002

**Local:** DRT/ES

**Presentes:** Alexandre Trajano de Arruda (DNPM), Almir Augusto Chaves (Coordenador de Normatização do DSST), Antônio Carlos de Oliveira (Sindimármore), Gildo Abreu (Sindimármore), Henrique Nelson Ferreira (Sidirochas), José Carlos do Vale (CNTSM), Mário Parreiras de Faria (Coordenador da CPNM e da SPNMG), Roberto de Souza Negreiros (DRT-ES), Anita Cardoso da Silva (MPT-ES), René Barron Sanchez (DNPM-ES), Ronaldo Soares Azevedo (Sindirochas), José Geraldo de Aguiar (FUNDACENTRO-ES) e Carlos Fernando Lage Paixão (DRT/MG).

Sob a coordenação do Dr. Mário Parreiras a reunião teve início com a apreciação da Ata da 4ª Reunião Ordinária, sendo aprovada, porém não assinada por conter erros de edição, ficando tal ato para a próxima reunião. Inicialmente o Coordenador justificou o grande intervalo de tempo decorrido desde a 4ª Reunião, que foi causado pela dificuldade de agenda da Coordenação e porque se aguardava a indicação dos nomes de alguns representantes. José Carlos informou que os demais representantes dos trabalhadores deverão ser indicados pelo Sindicato da Bahia. Dando seguimento à pauta o Coordenador solicitou que fosse apresentada a proposta de recomendação para movimentação e armazenamento de chapas conforme decidido na última reunião. Henrique Nelson informou sobre a realização em 23 de maio passado de oficina de trabalho sobre assunto, que reunião 55 profissionais de segurança e saúde, empresários e trabalhadores do setor que foram divididos em grupos de trabalho, destacando que foram levantados problemas relativos ao treinamento dos trabalhadores, falta de especificação e responsabilidade técnicas dos fabricantes de equipamentos e falta de manutenção e que José Geraldo ficou de consolidar as propostas dos grupos de trabalho da oficina. Antônio Carlos relatou que também foi discutida a questão da falta de espaço entre as chapas armazenadas e que a maioria dos acidentes ocorre quando o trabalhador fica de frente para as chapas e que neste caso deve ser dado espaço para que ele possa sair em caso de queda da chapa. Almir lembrou que no caso da responsabilidade técnica o MTE tem um termo de negociação com o CNFEA que aborda a questão e que poderia ser utilizado na fiscalização dos fabricantes. Henrique lembrou que o representante do CREA/ES se dispôs a verificar a questão da responsabilidade técnica durante Seminário realizado em Cachoeiro do Itapemirim, em agosto passado. Enfatizou que muitos equipamentos utilizados no setor são cópias de equipamentos italianos e que são construídos nas próprias empresas ou em oficinas não especializadas. Quanto ao III Seminário sobre Mármore e Granito, realizado em Cachoeiro do Itapemirim, Henrique informou que o mesmo teve a participação de 120 pessoas destacando os seguintes pontos: negociação coletiva direta com os trabalhadores de cláusulas de segurança e saúde no trabalho como aditivo à convenção coletiva em vigor, com ampliação para os demais sindicatos patronais do país e a discussão sobre SEST Coletivo para o setor de mármore e granito. Destacou ainda os problemas relativos à falta de credibilidade dos prestadores de serviço em segurança e saúde sendo o principal a pura e simples venda de Atestados de Saúde Ocupacional – ASO. Na oportunidade Mário Parreiras informou sobre o andamento das discussões da NR 04, ressaltando que vêm com bons olhos à criação de SEST Coletivo para o setor de mármore e granito que possibilitaria a melhoria da qualidade dos serviços prestados e com controle social. Henrique também solicitou que as demais entidades se empenhassem na criação de uma Subdelegacia do Trabalho em

Cachoeiro do Itapemirim, lembrando que durante o Seminário foi aventada a possibilidade de interiorização do Ministério Público do Trabalho, que é fundamental. Almir propôs que os casos de má-prática dos profissionais fossem encaminhados ao MPT. Henrique ressaltou também a omissão dos municípios nas ações de segurança e saúde do trabalhador. Gildo lembrou que há uma proposta de criação de uma Rede Nacional de atenção à saúde do trabalhador do Ministério da Saúde. Alexandre ressaltou a necessidade de reestruturação do DNPM no Espírito Santo com a dotação de recursos humanos. Dra. Anita informou que interiorização do MPT no Espírito Santo, já foi discutida com o Procurador Geral, lembrou as diversas áreas de atuação do MPT e as questões relativas ao tamanho do estado do Espírito Santo e a proximidade dos Procuradores com as partes e que os Procuradores da capital não tem dificuldades de ir periodicamente ao interior. Dra. Anita relatou que o MPT já teve algumas ações bem sucedidas junto ao CREA e ao CRM, enfatizou que tem chamado os profissionais de segurança e saúde que tem demonstrado preocupação com qualidade dos serviços prestados. Carlos Fernando relatou que a DRT/MG não tem problemas com a interiorização dos Auditores Fiscais do Trabalho lembrando a necessidade de adoção de medidas de proteção coletiva como cabinas fechadas em carregadeiras e caminhões que reduzem a exposição a poeiras minerais além da preocupação com a utilização de equipamentos não geradores de poeiras. Henrique lembrou que o Programa Nacional de Eliminação da Silicose deve ser ampliado e que a situação da região norte do Espírito Santo é muito mais grave quanto à exposição à poeira mineral. José Carlos lembrou as situações regionais são diferentes, mas que a questão cultural é básica e que mesmo grandes empresas não têm estatística confiáveis de acidentes do trabalho e que a CNTSM tem um projeto piloto em Minas Gerais para avaliar as condições de saúde dos trabalhadores do setor mineral, sendo necessária uma ação preventiva de todas instituições e profissionais da área e que todos devem levar suas demandas e experiências para o Programa Nacional de Eliminação da Silicose. Carlos Fernando propôs a realização de pequenos seminários regionais sobre segurança e saúde no trabalho em cidades-pólos envolvendo os trabalhadores e empregadores que são em sua maioria micro-empresários que não conhecimento sobre a área de segurança e saúde dependentes das empresas, o que limita sua margem de atuação e que agora com o Perfil Profissiográfico Previdenciário instituído pela Previdência Social, é obrigatório que os profissionais relatem o resultado dos exames a que o trabalhador foi submetido. José Geraldo informou que a questão da movimentação de chapas é parte de projeto da FUNDACENTRO, sendo paralelo à proposta da SPNMG. Informou que durante a Oficina de Trabalho realizada em 23 de maio os grupos de trabalho preencheram planilhas sobre os principais problemas do setor destacando a questão dos cavaletes para armazenamento de chapas, pinças, ventosas e cabos de aço usados na movimentação. Informou que a partir de agora a FUNDACENTRO deve trabalhar as informações da oficina e através de análise de campo e estabelecer quais os critérios técnicos a serem observados na movimentação de chapas. Na oportunidade entregou à coordenação da SPNMG as planilhas consolidadas dos 5 grupos de trabalho da oficina. Relatou ainda a experiência de Pirinópolis-GO, na qual participou junto com o MPT que fez uma ação civil pública no setor de pedreiras. Almir lembrou que o Ministério da Indústria e Comércio – MCT tem uma Secretaria e que através do Fórum Nacional das Cadeias Produtivas tem uma linha de financiamento para pesquisas e melhorias tecnológicas. Henrique lembrou que o setor de mármore e granito no Espírito Santo tem um Fórum da cadeia produtiva e que tendo iniciado um processo de melhorias tecnológicas. Antônio Carlos relatou que já existem equipamentos seguros e que falta organização do setor e ajuda do governo, relatando que há questões práticas a serem abordadas, como a movimentação de chapas, paralelamente às discussões sobre a cadeia

produtiva. René solicitou que o Sindirochas explicasse o que foi feito com relação à cadeia produtiva, sendo que Henrique se dispôs a prestar informações sobre o assunto e sobre os resultados já alcançados na próxima reunião. Dr. Mário Parreiras enfatizou que a questão das chapas é recorrente e que a construção de uma proposta para solução dos problemas detectados na movimentação e armazenamento das referidas chapas vem ocupando as discussões desde a primeira reunião da Subcomissão e que as entidades não conseguiram apresentar uma proposta final. Ronaldo ressaltou que já existe conhecimento suficiente sobre o assunto, faltando apenas colocar no papel as recomendações. Ressaltou sua preocupação com o uso de massa expansiva nas pedreiras, que tem provocado lesões oculares entre outras durante a sua colocação. Tal fato se deve ao uso de massa com reação de expansão mais rápida e que tal situação precisa ser avaliada junto aos fabricantes. O coordenador solicitou que fosse encaminhada a relação dos fabricantes de massa expansiva para a análise da questão, sendo que Ronaldo e Henrique se comprometeram a encaminhar à DRT/ES a citada relação para posterior visita aqueles fabricantes. Ficou decidido que Antônio Carlos, Gildo, José Geraldo e Ronaldo consolidarão as propostas sobre segurança na movimentação de chapas, encaminhando-as ao DSST até o dia sete de outubro. Ficou decidido também que será realizada visita à empresa que utiliza marteletes sem exposição de poeira ao operador para verificação da viabilidade e custo do equipamento. Henrique se encarregou de verificar qual empresa poderá ser visitada por uma equipe da Subcomissão, comunicando ao DSST para programação de visita. Finalmente ficou agendada a próxima reunião da SPNMG para o dia 18 de outubro próximo, na DRT/MG com a seguinte pauta: apresentação pelo Sindirochas dos resultados já alcançados no Fórum da Cadeia Produtiva do Mármore e Granito, devendo ser convidado representante do Ministério da Indústria e Comércio; apresentação e discussão final da proposta de normatização para armazenamento e movimentação de chapas que deve ser incorporada à NR 22; cronograma de reuniões para o ano de 2003. Ao final da reunião, Henrique entregou à Subcomissão três números da revista do Sindirochas, que trás artigos de sua autoria sobre segurança e saúde no setor. Não tendo mais nada a ser tratado, foi encerrada a reunião.